

ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA DIA DEZESSEIS DE FEVEREIRO DE 2012, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA-SEMDESC.

HORÁRIO: 08h20. QUORUM DE ABERTURA: constatada a presença dos conselheiros (as); Cláudia Maria de Oliveira Alves, Cristiane Aparecida de Oliveira Moura, Edvardes Luiz Pessoa, Hélio Borges Rezende, Lucélia G. Soares, Lucidalva Barreto dos Santos, Luzia Francisca Ribeiro, Maria Rosália Alves Fonseca, Neuzira Cardoso Ottoni, Severina Alda de Aguiar, como convidadas Vanilda Martins de Melo Duarte, Glória Duarte Ribeiro Neiva, representando a APAE Leda Maria da Silva Versiane e Maria José Machado Guimarães, representando a Associação Mão Amiga Rita D'Arc do Nascimento, como convidada da Associação Mulher Trabalhadora Marla Moniele Santos de Oliveira, a técnica da SEMDESC - Thaís P. Souza da Costa e Mariana P. B. Martins – assistente administrativo dos conselhos ligados a área social. Iniciando a reunião, a presidente Neuzira introduziu a pauta pelos informes gerais e fez a leitura do ofício de número trinta de dois mil e doze da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Unai - APAE, o qual apresenta proposta com relação de despesas e justificativa referente ao repasse do MDS, nos meses de novembro e dezembro de dois mil e onze, para análise e aprovação deste Conselho. Thaís apresentou ao conselho o Plano de Trabalho e Aplicação de recursos orçamentários de origem do governo federal (MDS) e informou que neste plano há dois pisos que são destinados a APAE e Mão Amiga, sendo Piso de Transição de Média Complexidade e Piso de Alta Complexidade I, destinados a atender duzentos e quarenta seis pessoas com deficiência e quarenta crianças e adolescentes acolhidos mês respectivamente. Disse ainda que, o recurso não foi repassado nos meses de novembro e dezembro de dois mil e onze, mas que já se encontra em conta e por isso, o conselho deverá avaliar novamente a necessidade desta destinação. Alda solicitou a data de depósito do recurso na conta da prefeitura. Thaís informou, conforme informações da SEPLAN que, desde janeiro de dois e doze o recurso consta na conta da prefeitura. Assim, a presidente Neuzira colocou em votação a aprovação do Plano de Trabalho e Aplicação de Recursos Orçamentários da APAE. Alda solicitou que a APAE procure se atentar para o horário de trabalho dos profissionais de assistência

social, observando o horário de trinta horas semanais. Neuzira solicitou que seja enviado resposta ao conselho quanto ao horário de trabalho destes profissionais. Dessa forma, o conselho aprovou a destinação do recurso mencionado de média complexidade para a APAE. Em seguida, falou também, para os conselheiros sobre o Plano de Trabalho e Aplicação de recursos orçamentários da Associação Mão Amiga, recursos estes já mencionados, oriundos de subvenção do MDS, referente a parcela de dezembro de 2011, a qual não foi disponibilizada pelo referido ministério na data prevista. Neuzira informou que a Associação Mão Amiga solicita apreciação e aprovação deste CMAS para que o recurso de alta complexidade do mês de dezembro de dois mil e onze possa ser aplicado no desenvolvimento de atividades, fazendo a leitura da justificativa apresentada pela associação. Após a leitura, Rita explicou aos conselheiros sobre os gastos que ficaram em aberto devido o atraso na parcela. O conselho questionou se há legalidade na utilização deste recurso com gasto de combustível no carro da associação. Rita informou que consta em anexo, nas contas apresentadas no ano passado sobre a legalidade do uso do recurso com gastos em combustível. Thaís perguntou se há previsão de alteração no estatuto da Associação Mão Amiga quanto a alteração para atendimento também a adolescentes como, a previsão no número de atendimento, que define trinta e recebe co-financiamento para quarenta crianças e adolescentes. Rita informou que a Associação Mão Amiga pretende modificar o seu estatuto para se adequar ao que prevê o MDS em sua destinação de recursos. Cláudia falou que a preocupação do conselho é com o espaço físico e adequação do serviço ofertado pela Associação Mão Amiga. Thaís falou que seu apontamento não é em solicitar que a Mão Amiga tenha superlotação, mas sim que cumpra com o previsto quando se submete a co-financiamento federal e municipal, atender crianças e adolescentes e ter capacidade máxima para quarenta crianças e adolescentes. Alda disse que a Associação Mão Amiga pode sim, atender somente crianças uma vez que, a entidade não possui capacidade física e técnica para atender crianças e adolescentes. Assim, a presidente colocou em votação a destinação do recurso de alta complexidade do mês de dezembro de dois mil e onze para a Associação Mão Amiga. Houve discussão sobre o gasto deste recurso no ano anterior, o conselho questionou a senhora Rita sobre o que a entidade gasta com este

recurso repassado, para o conselho não está claro se o gasto ocorreu conforme o apresentado pela entidade. Assim, o conselho decidiu que a Comissão de Fiscalização, Monitoramento e Avaliação, deste CMAS se reunirá com a Diretoria da Associação Mão Amiga para orientar e solicitar as adequações necessárias ao atendimento da Associação e foi sugerido que enquanto não haja acordos entre entidade e CMAS este conselho aprovará somente a destinação do recurso referente à parcela de dezembro. Dessa forma, o conselho aprovou a destinação do recurso de alta complexidade do mês de dezembro para a Associação Mão Amiga, ficando a aprovação das outras parcelas condicionada a análise deste CMAS e as reuniões que serão realizadas através da comissão de fiscalização. Em seguida, Lucidalva leu o ofício enviado pela Associação Mulher Trabalhadora, o qual solicita a substituição da conselheira Cláudia pela conselheira Marla Moniele Santos de Oliveira. Continuando, Neuzira fez a leitura da Resolução do CONSEA de número dois de dois mil e onze, a qual dispõe acerca da aprovação da destinação de Produtos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA/ Projeto Compra Direta da Agricultura Familiar para o Projeto Casa Lar do município de Unaí-MG. Thaís convidou aos conselheiros deste CMAS para participarem de discussão que ocorrerá no dia dezessete de fevereiro do corrente ano na SEMDESC, para definir os critérios para concessão de cem marmitex/refeições pelas cozinhas e padarias comunitárias, que serão terceirizadas pelo município, às famílias em situação de vulnerabilidade social, insegurança alimentar e risco nutricional. Alda questionou se há legalidade na terceirização das cozinhas e padarias comunitárias. Thaís informou que todo esse processo foi discutido junto ao MDS com a equipe da SEMDESC responsável pelo programa e que será agendada reunião deste CMAS com o CONSEA para definição de critérios de atendimento gratuito às famílias mencionadas. Em seguida, realizou a leitura do ofício de número quatro mil setecentos oitenta e dois/CGPC/DEFNAS/SNAS/MDS, o qual solicita a devolução de recursos do PROJOVEM devido a não execução de coletivos no exercício de dois mil e nove. Neuzira explicou que trata-se de solicitação ao gestor, da devolução do valor de treze mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos, corrigidos, devido a não execução de coletivos do programa PROJOVEM. Thaís informou que a

solicitação já foi recebida pela SEPLAN, que informou que o dinheiro constava no fundo municipal e já foi devolvido ao MDS. Seguindo, Neuzira falou para os conselheiros sobre o ofício de número um de dois mil e doze, enviado pelo Assessor Municipal de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Unaí, que responde ao ofício de número sessenta e um de dois mil e onze deste CMAS, informando a disponibilidade de um link permanente para este CMAS no site da Prefeitura Municipal de Unaí, onde serão disponibilizadas as atas e resoluções deste conselho, entre outros, garantindo a publicidade necessária às deliberações e resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social. Thaís informou que o senhor Roberto está criando uma nova página para a prefeitura municipal de Unaí onde constará o link do CMAS, mas que a partir deste mês já poderão ser publicadas as atas e resoluções deste CMAS. O conselho deliberou por publicar as atas e resoluções deste conselho a partir deste mês de fevereiro. Continuando, Thaís falou aos conselheiros sobre o ofício circular de número três de dois mil e doze enviado pelo CEAS que informa sobre a publicação do decreto sete mil seiscentos e trinta e seis de dois mil e onze, que dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados e Municípios, destinado ao aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social com base no índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS, que solicita maior empenho desse CMAS, no sentido de informar e solicitar ao gestor Municipal a inclusão, no Plano Plurianual Municipal de Assistência Social, as atividades a serem desenvolvidas com o recurso do IGDSUAS-M. Thaís explicou que esta é uma exigência para a obtenção do apoio financeiro em questão, conforme dispõe o decreto. E informou, conforme ofício em anexo de número quatro de dois mil e doze - CEAS, que complementa o ofício de número três, informando que o prazo para aprovação do Plano de assistência social do município, que deverá ser alterado, será até o final de dois mil e treze e que este CMAS deverá acompanhar e aprovar a proposta de utilização do recurso IGDSUAS que irá constar no Plano de assistência social do município de Unaí. Ainda, em caráter de informes gerais, Neuzira falou sobre o possível cancelamento do processo seletivo da prefeitura municipal de Unaí e conseqüente exoneração dos profissionais contratados pelo município. Rosália falou sobre as

visitas da Comissão ao poder judiciário e sobre a negociação para manutenção do serviço oferecido, disse que o juiz se mostrou aberto a negociação, porém que não abriria mão de realização de concurso público, por parte do poder público municipal. Se propôs a negociar com a prefeitura municipal de unai, isentando-a do cumprimento da liminar expedida, a qual aplicava multa à prefeitura e solicitava a demissão dos cargos de analista social, analista em psicologia e analista jurídico, do último processo seletivo. Assim, a Comissão acompanhou e participou da negociação da prefeitura com o poder judiciário e frente as ponderações foi pactuado que a liminar seria suspensa por dez dias para negociação da prefeitura com o Ministério Público, quanto ao prazo para abertura de edital de concurso público, com cargos efetivos a essa administração e após acordo firmado este seria encaminhado ao juiz competente. Nesse período, a comissão entendeu que com a suspensão da liminar, poder-se-ia convocar novos profissionais do processo seletivo, o que não foi feito pela prefeitura e em virtude disso a comissão pediu reunião com o prefeito municipal para entender as motivações da não convocação dos profissionais, porém, aconteceu a reunião com o vice-prefeito, o qual informou que não seria convocados novos profissionais, enquanto não houvesse o acordo entre Prefeitura e Ministério Público e que entenderam ser mais pertinente aguardar o prazo de dez dias, estipulados pelo juiz. Lucidalva disse que, frente a isso, passado os dez dias, soubesse de maneira informal que não foi realizado acordo e que provavelmente os profissionais serão exonerados, o que acarretará a paralisação do serviço socioassistencial prestado pelo município. Alda sugeriu convidar a promotora para participar de reunião extraordinária com este conselho, uma vez que, a mesma se mostrou interessada em entender e resolver a situação em que o município se encontra. Assim, ficou decidido que se realizará uma reunião extraordinária deste conselho com o Ministério Público do Estado e o Prefeito do Município, que será agendada, após contato da presidente Neuzira e dos conselheiros Alda, Lucidalva, Cláudia, Maria Rosália e Edvardes, com o juiz e caso seja necessário se marcará reunião com o Ministério Público responsável pela negociação. Cláudia perguntou quanto à transição dos benefícios leite e fraudado para a Secretaria Municipal de Saúde. Luzia informou que o processo já foi concluído e que a saúde já está se organizando para atender a demanda. Dessa forma, a

presidente Neuzira encerrou a reunião, agradecendo a atenção e o incentivo à Política de Assistência Social como direito num processo democrático e participativo e eu, Mariana, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os presentes.
ENCERRAMENTO: 10h50;